


## **RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.022-017>

### **Naiara Cristina de Souza Garajau**

Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL  
E-mail: naiaragarajau5@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9764-4109>

### **Rafaela Neco Rocha**

Graduanda em Licenciatura em Letras Português e Francês  
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS  
E-mail: rafaelaneco9@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-1772-2765>

### **Altaide Pereira da Silva**

Graduada em Licenciatura em Pedagogia  
Faculdade Piauiense  
E-mail: robertotheartcores@hotmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/7231-9922-1690-3602>

### **Edineusa da Costa Freitas**

Graduada em Pedagogia  
Faculdade Integradas de Ariquemes - FIAR  
E-mail: prof.edineusa36@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3838-3898>

### **Eleni Barbosa Sousa**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica  
Universidade Federal do Maranhão - UFMA  
E-mail: eleni.barbosa@discente.ufma.br  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8210-5441>

### **Elinete Santiago Viriato**

Graduada em Licenciatura em Educação Física  
Universidade Norte Paraná - UNOPAR  
E-mail: netesantiago10@gmail.com  
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/3163085240574749>

### **Elton Junior da Silva Cardoso**

Graduado em Licenciatura em História  
Universidade Federal do Pará - UFPA  
E-mail: juniorjrcardoso2000@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3875-2245>



**Marcus Vinícius da Silva**

Graduado em Licenciatura em Física  
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE  
E-mail: profmarcusvinicius10@gmail.com  
LATTES: lattes.cnpq.br/7389066358469190

**Maria Elenice Pereira da Silva**

Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB  
E-mail: maria.elenice@ufpi.edu.br  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7841-2447>

**Marília Trindade Félix de Sousa**

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva  
Universidade Estadual do Maranhão - UEM  
E-mail: marilia.trindade.uema.t5@gmail.com  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8072867249945713>

**RESUMO**

As relações étnico-raciais na educação brasileira constituem um espaço privilegiado para o enfrentamento das desigualdades históricas e para a promoção da equidade social. A escola, enquanto ambiente de formação integral e mediação das interações sociais, reflete tensões estruturais como o racismo, mas também possui potencial para valorizar a diversidade cultural, reconhecer saberes historicamente marginalizados e fomentar práticas inclusivas. Neste contexto, este estudo tem como intuito analisar os desafios contemporâneos e as perspectivas pedagógicas das relações étnico-raciais na educação, considerando marcos legais, práticas institucionais e fundamentos teóricos que orientam a implementação de políticas educacionais antirracistas. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, realizado entre novembro e dezembro de 2025, nas bases SciELO, CAPES, CLACSO e UNESCO, além de legislações educacionais. Os resultados indicam que, apesar do arcabouço normativo consistente, a efetivação da educação das relações étnico-raciais enfrenta entraves relacionados ao racismo estrutural, à predominância de currículos eurocentrados, à insuficiente formação docente e à fragilidade das práticas institucionais. Portanto, evidencia-se que a educação das relações étnico-raciais deve ser compreendida como dimensão constitutiva do projeto pedagógico, integrando legislação, teoria e práticas educativas, com vistas à valorização da diversidade, ao fortalecimento da equidade e à transformação das relações sociais no contexto escolar.

**Palavras-chave:** Diversidade Cultural; Educação Antirracista; Formação Docente; Inclusão Escolar; Políticas Educacionais.



## 1 INTRODUÇÃO

As relações étnico-raciais no campo educacional tem se intensificado nas últimas décadas, impulsionada pelo reconhecimento das desigualdades historicamente produzidas na sociedade brasileira e de seus desdobramentos nos processos de escolarização. A escola é compreendida como espaço de formação humana, produção de saberes e construção de sentidos, ocupa posição estratégica na mediação das relações sociais, podendo tanto perpetuar práticas excludentes quanto fomentar experiências educativas orientadas pelo reconhecimento da diversidade e pela promoção da equidade racial (Freire, 2001). Nesse contexto, a educação se apresenta como um campo privilegiado para o enfrentamento das hierarquias raciais e para a consolidação de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social.

No plano normativo, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece fundamentos relevantes para a promoção da igualdade racial no contexto educacional. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura a educação como direito social fundamental e reafirma o princípio da igualdade, orientando políticas públicas voltadas à superação das desigualdades sociais e raciais (Brasil, 1988). De modo complementar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define a educação como processo formativo amplo, voltado ao pleno desenvolvimento do educando (Brasil, 1996). A incorporação obrigatória da temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos escolares, instituída pela Lei nº 11.645/2008, representa um avanço significativo no reconhecimento da diversidade étnico-racial; entretanto, sua efetivação pedagógica ainda evidencia desafios relacionados à formação docente, à organização curricular e às práticas institucionais (Brasil, 2008).

A problemática que orienta este estudo decorre da permanência de desigualdades raciais no interior das instituições escolares, mesmo diante dos avanços legais e das diretrizes específicas voltadas à educação das relações étnico-raciais. O racismo, compreendido como um fenômeno estrutural, opera de forma sistêmica, atravessando instituições, políticas públicas e práticas sociais, o que contribui para a reprodução de desigualdades educacionais e simbólicas no cotidiano escolar (Almeida, 2019). Essa dinâmica afeta diretamente as experiências escolares de estudantes negros, interferindo em suas trajetórias educacionais e nos processos de reconhecimento social.

No âmbito pedagógico, a construção de uma educação comprometida com as relações étnico-raciais exige o enfrentamento de práticas discriminatórias naturalizadas e de silêncios históricos presentes nos currículos escolares. Pesquisas indicam que o racismo se manifesta desde as primeiras etapas da escolarização, muitas vezes de forma velada, influenciando processos de socialização, aprendizagem e constituição da identidade dos sujeitos (Cavalleiro, 2003).

Este estudo dialoga com abordagens que compreendem a educação como prática social transformadora. A concepção freireana de educação, fundamentada no diálogo, na consciência crítica e na emancipação dos sujeitos, oferece bases consistentes para a construção de uma pedagogia comprometida



com a superação das opressões (Freire, 2005). De forma convergente, as contribuições de Gomes (2017) ressaltam o papel do Movimento Negro como agente educador e produtor de conhecimentos que tensionam os currículos hegemônicos, enquanto Munanga (2001) enfatiza a necessidade de valorização das matrizes africanas e afro-brasileiras como elemento central de uma educação antirracista.

Diante desse contexto, o objetivo geral deste estudo é analisar os desafios contemporâneos e as perspectivas pedagógicas das relações étnico-raciais na educação, considerando os avanços normativos, os aportes teóricos e as práticas desenvolvidas no âmbito escolar. Como objetivos específicos, busca-se examinar o papel da legislação educacional na promoção da educação das relações étnico-raciais; identificar entraves e potencialidades das práticas pedagógicas voltadas ao enfrentamento do racismo no cotidiano escolar; e discutir fundamentos teóricos que subsidiem a construção de uma educação comprometida com a equidade racial, o reconhecimento da diversidade e a transformação das relações sociais.

## 2 METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e natureza exploratória-descritiva, com o objetivo de analisar os desafios contemporâneos e as perspectivas pedagógicas das relações étnico-raciais no campo educacional. Esse delineamento metodológico possibilita a reunião, a sistematização e a interpretação crítica de produções acadêmicas e documentos normativos, favorecendo uma compreensão ampliada do fenômeno investigado, conforme orientações metodológicas propostas por Gil (2019).

### 2.1 PROCEDIMENTOS DE BUSCA

As buscas foram orientadas pela seguinte questão norteadora: “De que modo a produção acadêmica e os documentos normativos abordam os desafios e as perspectivas pedagógicas das relações étnico-raciais na educação?”. O levantamento das referências foi realizado entre novembro e dezembro de 2025 nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Periódicos da CAPES), Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) e Biblioteca Digital da UNESCO, além de repositórios institucionais e do Portal da Legislação da Presidência da República, especialmente no que se refere aos documentos produzidos pelo Ministério da Educação.

Foram utilizados descritores em língua portuguesa, aplicados de forma isolada e em entrecruzamento, por meio dos operadores booleanos *AND* e *OR*, incluindo os termos (relações étnicoraciais), (educação), (educação antirracista), (currículo), (formação docente) e (racismo estrutural).



### 2.1.1 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídas produções acadêmicas e documentos oficiais que apresentassem relação direta com o campo das relações étnico-raciais na educação, abrangendo artigos científicos, livros, capítulos de livros e legislações educacionais. Consideraram-se como critérios de inclusão a pertinência temática, a relevância teórica e a consonância com os objetivos do estudo.

Não foi estabelecido recorte temporal para a seleção das fontes, uma vez que a temática investigada demanda o diálogo entre produções clássicas e contribuições contemporâneas, fundamentais para a compreensão histórica, política e pedagógica das relações étnico-raciais no contexto educacional. Foram excluídas produções duplicadas, materiais sem vínculo com o campo educacional e textos que abordassem a temática de forma superficial ou desarticulada do referencial teórico adotado.

## 2.2 SELEÇÃO E AMOSTRA DOS RESULTADOS

A busca inicial resultou na identificação de 21 produções. Após a leitura dos títulos e resumos, verificou-se que todas apresentavam aderência ao objetivo da pesquisa, não sendo identificadas duplicidades. Na sequência, realizou-se a leitura integral do material, confirmando sua relevância teórica e temática. Assim, as produções selecionadas constituem a amostra do estudo, sendo analisadas de forma qualitativa.

## 2.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE

A análise do material selecionado foi conduzida por meio da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016). O processo iniciou-se com a leitura flutuante, possibilitando a familiarização com o corpus e a identificação de ideias recorrentes relacionadas às relações étnico-raciais na educação. Em seguida, realizou-se a exploração do material, com a identificação de unidades de sentido e a organização de eixos temáticos, considerando a recorrência, a relevância e a coerência dos conteúdos com os objetivos do estudo. Por fim, procedeu-se ao tratamento interpretativo dos resultados, articulando os eixos analíticos ao referencial teórico adotado, o que possibilitou a construção de inferências e reflexões críticas acerca dos desafios e das perspectivas pedagógicas das relações étnico-raciais no contexto educacional.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A efetivação da Educação das Relações Étnico-Raciais no contexto escolar constitui um processo sistêmico e interdependente, conforme ilustrado no Diagrama (1). Os resultados indicam que esse processo é sustentado por múltiplos eixos estruturantes que se articulam de forma contínua, influenciando diretamente as práticas pedagógicas e a organização institucional das escolas.

Diagrama 1 – Eixos estruturantes da Educação das Relações Étnico-Raciais no contexto escolar.



Fonte: Autores, (2025).

### 3.1 MARCOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A análise do conjunto normativo evidencia que a educação das relações étnico-raciais no Brasil se fundamenta em princípios constitucionais que assegurem tanto o direito social à educação quanto a igualdade como valor estruturante do Estado democrático de direito (Brasil, 1988). No âmbito da legislação educacional, observa-se a atribuição explícita à escola de uma função social que extrapola a transmissão de conteúdos, orientando-se para a formação integral dos sujeitos e para o enfrentamento das desigualdades historicamente produzidas (Brasil, 1996).

A instituição da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos escolares representa um marco normativo relevante no reconhecimento da diversidade étnico-racial (Brasil, 2008). Entretanto, documentos produzidos pelo Ministério da Educação indicam que a efetividade dessa legislação está condicionada à articulação entre propostas curriculares, políticas de formação docente e práticas de gestão escolar (Brasil, 2006). O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares reforça a compreensão de que a consolidação dessa temática requer ações contínuas, sistêmicas e institucionalizadas no âmbito das redes de ensino (Brasil, 2009), conforme Tabela (1).



Tabela 1 – Principais marcos legais da educação das relações étnico-raciais no Brasil

Documento legal	Ano	Contribuição central
Constituição Federal	1988	Garantia do direito à educação e do princípio da igualdade
Lei nº 9.394 (LDB)	1996	Função social da escola e formação integral
Lei nº 11.645	2008	Obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena
Diretrizes Curriculares Nacionais	2006	Orientação pedagógica para a educação das relações étnico-raciais
Plano Nacional de Implementação	2009	Estruturação de políticas educacionais contínuas

Fonte: Autores, (2025).

### 3.2 RACISMO ESTRUTURAL E COTIDIANO ESCOLAR

Os estudos analisados convergem ao indicar que o racismo permanece operando como elemento estruturante das relações sociais, manifestando-se de maneira persistente no contexto escolar (Almeida, 2019). Essa condição incide diretamente sobre as dinâmicas institucionais, influenciando práticas pedagógicas, interações cotidianas e processos avaliativos, o que contribui para a reprodução de desigualdades educacionais.

No que se refere às etapas iniciais da escolarização, investigações evidenciam que o racismo tende a se expressar de forma sutil e naturalizada, por meio de atitudes, discursos e silêncios que atravessam o cotidiano escolar (Cavalleiro, 2003). Tais manifestações comprometem a construção de experiências escolares positivas para crianças negras e reforçam mecanismos de exclusão simbólica que afetam trajetórias educacionais desde a infância (Cavalleiro, 2004), conforme Tabela (2).



Tabela 2 – Principais manifestações do racismo no contexto escolar

Dimensão	Exemplos identificados
Práticas pedagógicas	Conteúdos eurocentrados e ausência de representatividade
Relações interpessoais	Microagressões e estigmatização
Avaliação escolar	Expectativas diferenciadas de desempenho
Organização institucional	Silenciamento da temática racial

Fonte: Autores, (2025).

### 3.3 CURRÍCULO, COLONIALIDADE E PRODUÇÃO SABERES

Os resultados indicam que o currículo escolar se constitui como um espaço central de disputa simbólica no campo das relações étnico-raciais, Tabela (3). A persistência de abordagens eurocentradas nos conteúdos e nas narrativas históricas contribui para a invisibilização de saberes africanos e afrobrasileiros, limitando o reconhecimento da diversidade cultural no ambiente educacional (Quijano, 2005).

Produções voltadas à educação antirracista destacam que a revisão crítica dos currículos é condição indispensável para a valorização das matrizes africanas e afro-brasileiras como componentes legítimos do conhecimento escolar (Munanga, 2001). Nessa perspectiva, a temática étnico-racial não deve ser tratada de forma episódica, mas integrada de modo transversal e estruturante aos projetos pedagógicos das instituições de ensino (Gomes, 2005),

Tabela 3 – Desafios curriculares na educação das relações étnico-raciais

Aspecto curricular	Desafios observados
Conteúdos	Predominância de narrativas eurocentradas
Abordagem pedagógica	Tratamento pontual da temática racial
Integração curricular	Baixa transversalidade da temática
Materiais didáticos	Escassez de recursos contextualizados
Projeto pedagógico	Ausência de diretrizes institucionais claras

Fonte: Autores, (2025).

### Education and Knowledge: Past, Present and Future

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS



### 3.4 FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As produções analisadas evidenciam que a formação docente se configura como um dos principais desafios para a efetivação da educação das relações étnico-raciais, conforme demonstrado na Tabela (4). A presença incipiente da temática racial nos cursos de formação inicial compromete a capacidade dos professores de lidar criticamente com situações de discriminação e preconceito no cotidiano escolar (Silva, 2007).

Estudos mais recentes apontam que a formação continuada assume papel estratégico na construção de práticas pedagógicas antirracistas, ao favorecer processos reflexivos sobre currículo, identidade e desigualdades raciais (Silva, 2018). Concepções pedagógicas fundamentadas no diálogo e na emancipação dos sujeitos reforçam a necessidade de uma prática educativa comprometida com a transformação social e com o enfrentamento das opressões (Freire, 2001). Essa perspectiva atribui ao educador um engajamento ético e político indispensável à promoção da equidade no espaço escolar (Freire, 2005).

Abordagens contemporâneas ressaltam ainda que práticas pedagógicas antirracistas devem reconhecer as experiências dos sujeitos e promover ambientes educativos pautados na escuta, no respeito às diferenças e na valorização das identidades (Hooks, 2017). Nesse sentido, a atuação docente emerge como elemento central para a consolidação de uma educação comprometida com a justiça racial (Pinheiro, 2023).

Tabela 4 – Desafios na formação docente para a educação antirracista

Dimensão	Principais entraves
Formação inicial	Inserção limitada da temática racial
Formação continuada	Ações fragmentadas e descontinuadas
Prática docente	Insegurança frente a situações de racismo
Reflexão crítica	Ausência de espaços formativos sistemáticos
Compromisso institucional	Fragilidade no apoio das redes de ensino

Fonte: Autores, (2025).

### 3.5 IDENTIDADE, SUBJETIVIDADE E EXPERIÊNCIAS DE RACIALIZAÇÃO

Os resultados evidenciam que as relações étnico-raciais no contexto educacional também se expressam em dimensões subjetivas, relacionadas aos processos de construção identitária e às experiências



de racialização, Tabela (5). Estudos clássicos indicam que o racismo produz impactos profundos na constituição psíquica dos sujeitos negros, influenciando percepções de pertencimento, autoestima e reconhecimento social (Fanon, 2008).

Análises contemporâneas apontam que o racismo cotidiano se manifesta por meio de práticas simbólicas que afetam diretamente a vivência escolar de estudantes negros, reforçando sentimentos de desvalorização e exclusão (Kilomba, 2019). Essas dinâmicas ressaltam a importância de práticas pedagógicas que reconheçam as vivências dos sujeitos e promovam ambientes escolares inclusivos e acolhedores (Silva, 2018). Documentos internacionais reforçam o papel da educação como espaço estratégico para a promoção da justiça social e da convivência democrática em contextos marcados pela diversidade (Unesco, 2022).

Tabela 5 – Dimensões subjetivas e institucionais da educação das relações étnico-raciais

Dimensão	Implicações educacionais
Identidade	Impactos na autoestima e no pertencimento
Subjetividade	Vivências de racialização no cotidiano escolar
Gestão escolar	Papel estratégico na promoção da equidade
Clima institucional	Construção de ambientes inclusivos
Participação coletiva	Fortalecimento da gestão democrática

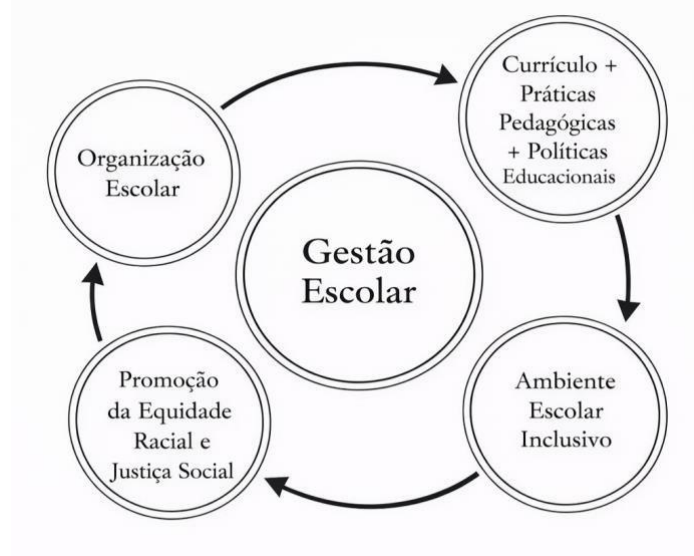
Fonte: Autores, (2025).

### 3.6 GESTÃO ESCOLAR E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

As produções analisadas indicam que a efetivação da educação das relações étnico-raciais está intrinsecamente relacionada à organização institucional das escolas, conforme o Diagrama (2). A gestão escolar assume papel central na articulação entre currículo, práticas pedagógicas e políticas educacionais, influenciando diretamente a construção de ambientes escolares mais inclusivos (Libâneo, 2007).

Modelos de gestão democrática são apontados como fundamentais para a promoção da participação coletiva, do diálogo institucional e do comprometimento com a equidade racial, contribuindo para a consolidação de práticas educativas alinhadas aos princípios da inclusão e da justiça social (Vasconcellos, 2008).

Diagrama 2 – Gestão Escolar e Educação das Relações Étnico-Raciais



Fonte: Autores, (2025).

#### 4 CONCLUSÃO

A educação, enquanto prática social e política, ocupa posição estratégica na promoção da equidade e no reconhecimento da diversidade étnico-racial, ao mesmo tempo em que reflete as tensões e desigualdades historicamente constituídas na sociedade brasileira. Nesse sentido, a escola revela-se um espaço privilegiado para o enfrentamento do racismo e para a construção de relações sociais orientadas pela justiça e pela inclusão.

Diante disso, este estudo teve como intuito analisar os desafios contemporâneos e as perspectivas pedagógicas das relações étnico-raciais na educação, articulando marcos legais, produções acadêmicas e aportes teóricos relevantes. A revisão bibliográfica e documental evidenciou que, embora o Brasil disponha de um arcabouço normativo consistente, a efetivação da educação das relações étnico-raciais no cotidiano escolar ainda se apresenta de forma desigual, condicionada por limites institucionais, curriculares e formativos.

Os resultados indicaram que o racismo estrutural permanece como elemento estruturante das práticas escolares, manifestando-se nos currículos, nas relações pedagógicas e nos processos de socialização. Observou-se que a permanência de referenciais eurocentrados contribui para a invisibilização de saberes afro-brasileiros e africanos, enquanto fragilidades na formação docente dificultam a consolidação de práticas pedagógicas sistemáticas voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais.

Como contribuição, este estudo reafirma a necessidade de compreender a educação das relações étnico-raciais como dimensão constitutiva do projeto pedagógico das instituições de ensino. Ao integrar legislação, fundamentos teóricos e análises educacionais, a pesquisa amplia o entendimento sobre os



entraves e as possibilidades para a construção de práticas educativas comprometidas com a equidade racial, o reconhecimento da diversidade e a transformação das relações sociais.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise de experiências pedagógicas e políticas institucionais voltadas à educação antirracista, especialmente no que se refere à formação docente e à gestão escolar, de modo a subsidiar ações educativas mais consistentes e alinhadas às demandas de uma educação democrática e inclusiva.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 20 nov. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 20 nov. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394/1996, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 20 nov. 2025.
- BRASIL. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2006.
- BRASIL. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: MEC, 2009.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: **Contexto**, 2003.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Identificando o racismo, o preconceito e a discriminação racial na escola. In: SILVEIRA, Maria Lúcia; GODINHO, Tatau (org.). **Educar para a igualdade: gênero e educação escolar**. São Paulo: **Secretaria Municipal de Educação**, 2004. p. 35–52.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.



LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: **CLACSO**, 2005. p. 117–142. Disponível em: [https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 20 nov. 2025.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Educação, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 489–506, set./dez. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação das relações étnico-raciais nas instituições escolares. Educar em Revista, Curitiba, v. 34, n. 69, p. 123–150, maio/jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.58097>. Acesso em: 20 nov. 2025.

UNESCO. Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação. Brasília: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115>. Acesso em: 20 nov. 2025.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Gestão democrática da escola pública**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2008.